

■ Trabalho e Serviço Social na era pós fordista

.....**Marina Bueno**

.....**Thais Mazzeo**

Este artigo foi pensado a partir do debate em curso sobre as transformações do trabalho, com base nas interpretações dos pensadores *operaístas*¹³³. Pretendemos dar continuidade a essas discussões, tendo como foco as mudanças recentes do capitalismo e seus rebatimentos no Serviço Social. A base para a nossa argumentação pauta-se, portanto, em abordagens que tratam da nova centralidade do trabalho vivo.

Aqui, numa primeira aproximação, deixamos claro nosso posicionamento acerca da articulação – a nosso ver, plausível – entre trabalho e Serviço Social. Posteriormente, defendemos uma abertura teórica com relação à categoria trabalho e avaliamos como suas transformações atingem o Serviço Social. Para finalizar, fazemos uma discussão sobre a essência da profissão, assumindo em nosso discurso sua imaterialidade.

Serviço Social e trabalho

O debate acerca da relação entre processo de trabalho e Serviço Social pode ser esquematizado em dois eixos: por um lado, temos as contribuições de autores que se preocupam em mensurar e/ou classificar as análises sobre as transformações do Serviço Social em função de uma determinada abordagem teórica (qual seja, a marxista), e, por outro, autores que tentam destrinchar a instrumentalidade da profissão (suas técnicas, estratégias, mediações, objetivos, etc.).

Os primeiros, por considerarem que o Serviço Social não realiza transformação da natureza, o posicionam como sendo, ao invés de trabalho, simplesmente uma das atividades profissionais existentes na sociedade. O segundo grupo, por sua vez, entende que o Serviço Social pode ser considerado trabalho pois seus profissionais, além de disporem de elementos constitutivos de um processo de tra-

¹³³ O *operaísmo* é uma corrente de pensamento da esquerda neomarxista italiana que ganhou expressão, sobretudo, no período entre o fim da década de 50 e início da década de 70. Tal corrente não se limita a uma escola de pensamento, uma vez que contou com a participação política e social de seus membros – entre os quais Antônio Negri – nos movimentos da Itália no referido período.

balho (objeto, instrumentos, etc.), inserem-se no circuito compra x venda da força de trabalho, ou seja, estão submetidos à condição de trabalhador assalariado.

Consideramos que as análises feitas por ambos os grupos são redutoras e, em grande parte, enviesadas por uma concepção de trabalho de tipo canônico do período fordista¹³⁴. Ao contrário, partimos do pressuposto de que a importância de se articular o Serviço Social com a categoria trabalho vai além de uma abordagem ideológica – que busca identificar quem é e quem não é marxista – e supera a questão da simples identidade profissional – que se preocupa com o quê e como faz o Serviço Social.

O que julgamos fundamental como ponto de partida para entender as transformações no mundo do trabalho é considerá-lo como uma categoria central, fundante da sociabilidade entre os homens, porém constituído hoje com novos conteúdos e novas formas. Assim, o trabalho ao qual nos referimos deve admitir uma noção ampliada, abrindo o conceito ao território da produção social em geral, incluindo na esfera produtiva o que alguns definem como horizonte do não trabalho.

Devemos, portanto, considerar o conjunto da produção, não mais o das fábricas, mas o da sociedade. O mundo fabril reduzia o tempo de trabalho a uma jornada, o que hoje tornou-se obsoleto. Atualmente, todo o tempo livre (fora da relação salarial) não é mais preenchido pela improdutividade (reprodutiva), pois o trabalho agora corre dentro e fora do tempo imposto pelo capital. Consideramos que o principal fenômeno em relação às transformações do trabalho é o que se convencionou chamar de “sociedade-fábrica”. Segundo Negri e Hardt (2004, p. 22):

A fábrica não pode ser concebida como o espaço paradigmático da concentração do trabalho e da produção; os processos de trabalho ultrapassaram os muros das fábricas e atingiram toda a sociedade. (...) o aparente declínio das fábricas como lugar de produção não significa o declínio do regime e da disciplina de fábrica, mas, sim, que essa disciplina não se limita mais a um espaço específico dentro da sociedade, e se insinua em todas as formas de produção social, difundindo-se como um vírus.

¹³⁴ O trabalho assalariado característico do fordismo não deve se constituir como um “mal necessário”. Ao contrário, a possibilidade que o trabalho tem conquistado de produzir fora das fábricas e sem estar vinculado à relação salarial deve ser utilizada a seu favor, combatendo o rígido controle e disciplina impostos até então e transformando a relativa autonomia em condição de libertação.

Além de ter extrapolado os muros fabris e ter se espalhado pela sociedade, o trabalho hoje tem se qualificado por elementos subjetivos, sendo sua dimensão intelectual e suas capacidades cognitivas fatores importantes para a valorização do capital. Nesse sentido, os ganhos de produtividade – seja nas atividades fabris, de serviço, de concepção, de comunicação ou de informação – se encontram cada vez mais na capacidade dos trabalhadores de mobilizarem sua subjetividade para produzir. Assim, a imaterialidade¹³⁵ do trabalho torna-se o paradigma do pós-fordismo.

Retomando o debate sobre o Serviço Social, não nos interessa desvendar seu processo de trabalho para considerá-lo enquanto tal, nem tampouco especificar o que é trabalho e o que não é. Ao contrário, acreditamos que não existem “excluídos” do trabalho e que todas as formas de trabalho tendem a tornar-se igualmente produtivas. Não estamos aqui afirmando que não existem “excluídos” do mercado formal. Apenas consideramos que o trabalho mudou, não sendo mais o chão da fábrica a forma predominante de estruturação dos seus espaços e tempos.

Desse modo, podemos afirmar que o trabalho, além de não estar desaparecendo como afirmam alguns autores, adquire uma nova qualificação no contexto pós-fordista, estando longe de perder sua centralidade na produção do mundo e na reprodução da vida. O que ocorre, neste sentido, não é uma crise do trabalho, mas uma crise do emprego assalariado. Acreditamos, portanto, que a noção de trabalho deve ultrapassar o estatuto do emprego, considerando ainda que a dimensão imaterial deste é absorvida dentro e fora da produção de mercadorias.

O trabalho do Serviço Social

O Serviço Social – tal qual todas as outras profissões – é, na atualidade, marcado pelas transformações gerais do mundo do trabalho, as quais incidem em suas áreas de intervenção, em seus suportes de conhecimento, em seus instrumentos e em suas funcionalidades. Acreditamos que, nesse contexto de mudanças, a forma e a demanda do trabalho do assistente social mudam, bem como os espaços ocupacionais deste profissional e as maneiras de organização e gestão do trabalho.

Desde o final dos anos 80, a Reforma do Estado – que tem buscado alternativas para a crise estatal – tornou-se prioridade nas agendas dos gestores públicos de todo o mundo capitalista. A nosso ver, a crise do Estado é resultado da incapacidade do modelo de gestão da administração pública para responder

¹³⁵ Estamos aqui nos referindo às dimensões subjetivas, lingüísticas (saber interpretar e comunicar falhas e soluções), comunicativas, afetivas, cognitivas e cooperativas do trabalho.

satisfatoriamente às demandas da sociedade. Diante desse contexto, foi preciso remodelar prioridades e redistribuir responsabilidades.

A reação imediata à crise foi a adoção de políticas de cunho neoliberal. Percebemos, pois, que a atual conjuntura de reconfiguração estatal interfere diretamente sobre as condições e relações de trabalho dos diversos profissionais, dentre os quais o assistente social. No Brasil, diferentemente dos países centrais, a crise do Estado não acarretou uma crise do *welfare state*, pois aqui o Estado de Bem-Estar Social sequer se efetivou.

Com relação ao Serviço Social, a reforma engendrada pelo Estado brasileiro interferiu no que foi até hoje o principal mercado de trabalho dos assistentes sociais, ou seja, as políticas sociais públicas. A condição de “retaguarda” assumida pelo Estado transfere para distintos segmentos da sociedade grande parte da prestação de serviços sociais, o que afeta diretamente o espaço ocupacional dos assistentes sociais. Neste contexto, os recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos vêm-se cada vez mais reduzidos.

Por ser um profissional assalariado, o assistente social é muitas vezes levado a seguir parâmetros institucionais que tentam determinar suas funções e atribuições e que estabelecem suas condições de trabalho (controle de tarefas e da produtividade, carga horária, salário, etc.). Dessa maneira, os espaços ocupacionais (e suas conjunturas) colocam limites e possibilidades à prática profissional, o que nos leva a pensar nas possibilidades atuais de consolidação do projeto ético-político da profissão.

O projeto ético-político do Serviço Social compromete-se, claramente, com uma concepção de transformação da sociedade. Nesse sentido, boa parte do discurso profissional imprime uma direção social vinculada a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, pautada, entre outras coisas, na identificação da liberdade como valor ético central e no compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

O profissional do Serviço Social se situa em um denso terreno de tensões e contradições sociais. Portanto, na atual conjuntura, não há como estabelecer uma identificação direta entre a intencionalidade do projeto e os resultados derivados da prática profissional, haja vista a submissão às relações de poder que o profissional muitas vezes é obrigado a se sujeitar e os limites políticos¹³⁶ que envolvem sua

¹³⁶ Por limites políticos, referimos não apenas à falência do modelo de gestão estatal que já fora citado, mas, sobretudo, às limitações impostas pelos precipícios existentes entre justiça e a aplicação da lei, entre os direitos e sua verdadeira fonte.

atuação. Isto posto, não queremos dizer que devemos desistir da consolidação do projeto, porém, acreditamos que devemos ter claro nossos limites diante dele.

O projeto ético-político direciona a ação profissional no sentido da afirmação dos indivíduos sociais como sujeitos da história. É necessário, contudo, estabelecer uma base realista em relação às condições em que o trabalho é desenvolvido, sem perder, apesar das adversidades, as aspirações à viabilização de nossas projeções profissionais. É preciso incluir, no interior do debate travado pela categoria, uma articulação entre a dificuldade de se priorizar uma atuação profissional ética e a crise do Estado, aliada ainda à histórica incapacidade deste em universalizar direitos.

Um dos grandes desafios que se interpõem à concretização do projeto ético-político do Serviço Social é a atual falência dos mecanismos tradicionais de representação, pois as novas identidades sociais são cada vez menos representáveis. Em outras palavras, é preciso considerar a existência de portadores de direitos não contemplados pela Constituição e que, constantemente, são tratados como “caso de polícia”, pois a lógica reinante é aquela que sugere que o pacto constitucional não pode ser questionado, fazendo com que tudo deva se enquadrar na lei (Silva, 2005).

Essa é uma sociedade em que a descoberta da lei e dos direitos convive com uma incivilidade cotidiana feita de violência, preconceitos e discriminações; em que existe uma espantosa confusão entre direitos e privilégios; em que a defesa de interesses se faz em um terreno muito ambíguo que desfaz as fronteiras entre a conquista de direitos legítimos e o mais estreito corporativismo; em que a experiência democrática coexiste com a aceitação ou mesmo convivência com práticas as mais autoritárias; em que a demanda por direitos se faz muitas vezes numa combinação aberta ou encoberta com práticas renovadas de clientelismo e favoritismo que repõem diferenças onde deveriam prevalecer critérios públicos igualitários (Telles, 1994, p. 93).

Ora, se o Serviço Social deve contribuir na garantia de direitos sociais e tais direitos são cada vez mais reduzidos, devemos pensar em estratégias reais (e possíveis) de atuação. Ao contrário disso, o debate parece estar paralizado na defesa da primazia do Estado enquanto garantidor de direitos sociais, acreditando-se que a universalidade no acesso aos direitos só é possível no âmbito estatal. A nosso ver, público não se reduz a estatal. Nesse sentido, a radicalização democrática não necessariamente passa pela estatização dos serviços. Entretanto, não estamos negando que o Estado dispõe de mecanismos fortemente estruturados para coordenar ações capazes de catalisar atores em torno de propostas universalizantes.

Pelo exposto, podemos dizer que o redimensionamento dos espaços ocupacionais e das demandas profissionais impõem novas competências ao Serviço Social. A dimensão imaterial do trabalho é cada vez mais exigida à prática profissional, seja na requisição de criatividade para propor alternativas de trabalho e lidar com recursos (financeiros, técnicos e humanos) cada vez mais escassos, seja na mobilização de subjetividade para a tomada de decisões e processamento das demandas postas, de modo a viabilizar o fortalecimento do projeto ético-político.

A inserção dos assistentes sociais em equipes multiprofissionais e/ou interdisciplinares é uma realidade que também demanda o uso subjetivo de elementos imateriais. O trabalho em equipe exige, dentre outras coisas, capacidade de comunicação e adaptação, iniciativa, cooperação, conhecimento e troca de informações. Assim, valores como o companheirismo, a solidariedade e a colaboração tornam-se cada vez mais produtivos, ou, em outros termos, são cada vez mais exigidos para produzir e reproduzir o mundo.

A 'matéria-prima' do trabalho imaterial é a subjetividade e o 'ambiente ideológico' no qual esta subjetividade vive e se reproduz. A produção da subjetividade cessa, então, de ser somente um controle de instrumento social (pela reprodução das relações mercantis) e torna-se diretamente produtiva (Lazzarato e Negri, 2001, p. 46-47).

Nesse sentido, o trabalho do assistente social é cada vez mais qualificado por sua dimensão imaterial, posto que este profissional lida diretamente com a produção e a reprodução de subjetividade, ou seja, com a produção e reprodução da própria vida. Em nosso entendimento, o Serviço Social é calcado pela (re)produção de valores, uma vez que, através da sua imaterialidade, permite produzir desejos, necessidades e interesses.

Nesse contexto, a dimensão afetiva do trabalho torna-se estratégica. Em outras palavras, por meio de investimentos afetivos o profissional pode se aproximar da população usuária, permitindo o conhecimento criterioso de suas condições de vida e de suas reais necessidades. Caso contrário, o profissional pode desenvolver um discurso de compromisso ético-político e, ao mesmo tempo, manter um estranhamento (e até uma recusa) perante a população usuária.

Não estamos aqui querendo dizer que o assistente social deve estabelecer relações de amabilidade e companheirismo para com seus usuários; entretanto, entendemos que a mobilização de recursos afetivos qualifica e pode facilitar a prática profissional. Em outras palavras, entendemos que a aproximação entre

o profissional e os usuários não se dará pela mera reprodução de técnicas, nem tampouco pela burocratização das relações, mas sim pela constante preocupação em diminuir laços de poder e construir horizontal e coletivamente alternativas profissionais.

Para quem lida diretamente com o social, não admitir mudanças pode trazer perversas conseqüências. Se utilizamos, de forma hermética, qualquer que seja a teoria, corremos o risco de cegarmos diante da realidade e dos novos processos em curso. Ao contrário, se enfrentamos de forma destemida aquilo que se põe como novo, talvez possamos fazer diferente, ou melhor, talvez possamos fazer diferença.

Referências

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *O trabalho de Dioniso: Para a crítica ao Estado pós-moderno*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antônio. *Trabalho Imaterial: Formas de Vida e Produção de Subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SILVA, Gerardo. Os abismos do direito. *Revista Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia*, Rio de Janeiro, n. 21-22, p. 193-194, jul./dez. 2005.

TELLES, Vera. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, p. 91-102, São Paulo, 1994.

■.....Marina Bueno é assistente social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e mestranda da Escola de Serviço Social da UFRJ.

■.....Thais Mazzeo é assistente social da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A (NUCLEP) e mestranda da ESS/UFRJ.